



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília  
*Campus Riacho Fundo I*  
Licenciatura em Geografia

NATANAEL RIBEIRO SOUZA DA ROCHA

**TERRITORIALIDADE REACIONÁRIA**  
ANÁLISE DA OCUPAÇÃO FRENTE AO QUARTEL EM BRASÍLIA COMO SINTOMA  
GEPOLÍTICO DA CRISE NA REPRESENTATIVIDADE DEMOCRÁTICA

Brasília  
2025

NATANAEL RIBEIRO SOUZA DA ROCHA

**TERRITORIALIDADE REACIONÁRIA**  
ANÁLISE DA OCUPAÇÃO FRENTE AO QUARTEL EM BRASÍLIA COMO SINTOMA  
GEOPOLÍTICO DA CRISE NA REPRESENTATIVIDADE DEMOCRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto Federal de Brasília - *campus* Riacho Fundo como requisito básico para a conclusão do Curso de licenciatura em Geografia.

Orientador: Dr. José Vandério Cirqueira Pinto

Brasília  
2025

Rocha , Natanael Ribeiro Souza da.

TERRITORIALIDADE REACIONÁRIA: Análise da ocupação frente ao quartel em Brasília como sintoma na crise da representatividade democrática / Natanael Ribeiro Souza da Rocha ; orientação José Vandério Cirqueira Pinto . — Riacho Fundo, DF: 2025.  
39 f. : il. color. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) — Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho Fundo, Riacho Fundo, DF, 2025.  
Orientador(a): José Vandério Cirqueira Pinto .

1. Territorialidade reacionária . 2. Acampamentos verde-amarelo. 3. Representatividade democrática . I. Pinto , José Vandério Cirqueira , orient. II. Instituto Federal de Brasília. III. Título.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso a minha mais sincera e profunda gratidão à minha mãe, Neisa, e ao meu pai, Panaim, por nunca terem desistido de mim. Foram suas mãos estendidas, suas palavras de encorajamento e o apoio incansável — emocional e material — que me sustentaram ao longo de cada noite de estudo e de cada desafio enfrentado neste curso noturno. Esta conquista é, antes de tudo, fruto do amor inabalável que sempre encontrei em vocês.

Aos meus amigos e amigas de vida e geografia, em especial, Marcelo, Livia, Vinicius e Tayline, deixo registrado meu reconhecimento mais afetuoso. Dividimos os riscos, incertezas e cumplicidades, fortalecendo, a cada encontro, o verdadeiro sentido da amizade que, como ensinou Aristóteles, é essencial à vida.

Aos professores Luan, Tássio, Vandério e Edilene, minha mais elevada consideração e respeito. Cada um, em sua caminhada de ensinar, contribuiu significativamente para minha formação, transmitindo não apenas conhecimento, mas também valores que levo comigo para além das paredes da sala de aula.

Dedico esta realização à memória do meu avô Nicodemos. Foi ele quem, ao apoiar minha mãe em seus estudos, lançou as bases que hoje me permitem colher este fruto. Que esta conquista seja também uma homenagem ao seu legado e à confiança que sempre depositou no poder transformador da educação.

Desde muito cedo, sempre soube que dar aula faria parte do meu caminho, embora não soubesse exatamente sobre o quê. Foi na Geografia que encontrei meu lugar: um campo de saber que se tornou minha lente de interpretação do mundo, meu instrumento para compreender a realidade e a complexidade dos fenômenos. A Geografia é, para mim, mais do que disciplina — é vínculo, paixão e totalidade.

Reafirmo, assim, meu compromisso com a educação brasileira, dedicando-me a ela com seriedade, responsabilidade e profundo senso de propósito.

A todos e a cada um que, de alguma forma, partilharam dessa jornada comigo, ofereço meu mais genuíno e eterno agradecimento.

*“Pela geografia eu sei que há no mundo um lugar onde o jovem como eu pode amar e ser feliz.”*

## SUMÁRIO

RESUMO	5
RESUMEN	5
INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 - O PODER EM TRÊS ATOS: ABSOLUTISMO, A AUTORIDADE E O POLÍTICA	8
1.1 - O poder, o território e a territorialidade	9
CAPÍTULO 2 – GEOGRAFIAS DO PODER: ENTRE A REIVINDICAÇÃO E O RETROCESSO	14
2.1 - Diferentes modos de territorializar a ação política	14
2.2 - A direita reacionária	21
CAPÍTULO 3 – TERRITORIALIDADE REACIONÁRIA E CRISE NA DEMOCRACIA	24
3.1 Espaço político do engano: entre a mentira e a construção da crise	24
3.2 - Rompendo o pacto jurídico-institucional da democracia burguesa	27
CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	37

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal identificar a crise na representatividade democrática brasileira, entendendo o acampamento instalado em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília — a principal ocupação reacionária no cenário pós-eleições de 2022 — como marco da fragilidade das instituições frente a reivindicações antidemocráticas. Examinando os discursos e ações governamentais que contribuíram para a instabilidade democrática, resultando na não aceitação do resultado eleitoral por parte de grupos radicalizados e culminando na tentativa de golpe. A territorialidade reacionária, nesse contexto, emerge como forma de materialização e territorialização da direita reacionária. A pesquisa busca, assim, identificar as fragilidades da representatividade democrática brasileira a partir das reivindicações radicais e antidemocráticas do bolsonarismo, compreendendo-as como sintomas de uma crise institucional mais ampla.

**Palavras-chave:** Territorialidade reacionária, Acampamentos verde-amarelo, representatividade democrática.

## RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo principal identificar la crisis en la representatividad democrática brasileña, entendiendo el campamento instalado frente al Cuartel General del Ejército en Brasilia —la principal ocupación reaccionaria en el escenario posterior a las elecciones de 2022— como un marco de la fragilidad de las instituciones frente a las reivindicaciones antidemocráticas. Se examinan los discursos y acciones gubernamentales que contribuyeron a la inestabilidad democrática, resultando en la no aceptación del resultado electoral por parte de grupos radicalizados y culminando en el intento de golpe. La territorialidad reaccionaria, en este contexto, emerge como una forma de materialización y territorialización de la derecha reaccionaria. La investigación busca, así, identificar las fragilidades de la representatividad democrática brasileña a partir de las reivindicaciones radicales y antidemocráticas del bolsonarismo, comprendiéndolas como síntomas de una crisis institucional más amplia.

**Palabras-clave:** Territorialidad reaccionaria, Campamentos verdeamarillos, representatividad democrática.

## INTRODUÇÃO

A política é uma manifestação intrinsecamente espacial, perceptível tanto nas eleições — que exigem o deslocamento físico até locais específicos para o exercício do voto — quanto nas ocupações de espaços públicos durante manifestações. Nesse sentido, a democracia assume uma dimensão espacial, sobretudo nos ambientes coletivos, onde a expressão política se concretiza de forma visível e compartilhada.

Este trabalho busca analisar o fenômeno das ocupações em espaços militares, com destaque para o Quartel-General do Exército em Brasília, ocorridas como resposta às eleições presidenciais de 2022. Tais manifestações levantaram questionamentos relevantes sobre a vitalidade da democracia brasileira, inserida em um contexto de profundas desigualdades sociais e instabilidades institucionais.

A ocupação de áreas militares, com o intuito de contestar o resultado das urnas e exigir intervenção das Forças Armadas, representou uma ameaça direta à ordem democrática. O confronto entre o direito à manifestação e o papel histórico das instituições militares, tradicionalmente vinculadas à segurança nacional, suscitou reflexões sobre os limites da democracia e a vulnerabilidade das instituições diante de interesses autoritários.

A pesquisa parte da hipótese de que a recusa dos procedimentos democráticos, expressa pela ocupação de espaços militares, revela uma tensão entre o exercício legítimo da participação política e práticas de cunho antidemocrático. Buscou-se compreender as razões que sustentaram tais ações, identificar possíveis influências externas e analisar os impactos desses acontecimentos sobre a estabilidade política do país.

A investigação utiliza uma abordagem qualitativa, com foco na análise das motivações dos manifestantes, além de uma revisão das narrativas políticas, midiáticas e ideológicas que estruturaram tais movimentos. Foi também empregada uma perspectiva comparativa, a fim de situar o fenômeno dentro de uma escala local, regional e global, considerando a expansão de movimentos de extrema-direita.

O primeiro eixo da pesquisa concentrou-se na discussão teórica sobre o poder, uma vez que o estudo se desenvolveu no campo da geopolítica. As contribuições de Castro (2005) e Raffestin (1993) foram fundamentais nessa etapa inicial, ao oferecerem uma leitura do poder como uma rede de relações materializadas no espaço e no território. Em seguida,

explorou-se o conceito de território, ainda com base em Raffestin (1993), e, posteriormente, a noção de territorialidade, conforme as perspectivas desenvolvidas por Haesbaert (2004; 2010). Esses autores forneceram o aparato teórico necessário para compreender como o território é produzido, disputado e apropriado por distintos agentes sociais, permitindo a análise da territorialidade como expressão dessas dinâmicas.

Na etapa seguinte, abordou-se a territorialização da ação política. Neste ponto, a pesquisa se debruçou sobre diferentes formas de ocupação ao longo da história. Zizek (2012) serviu como referência para a interpretação de fenômenos recentes, enquanto Ortellado (2014) foi fundamental para a análise das Jornadas de Junho de 2013. Estabeleceu-se uma distinção clara entre as ocupações promovidas por movimentos sociais e aquelas articuladas pelo movimento verde-amarelo. Para tanto, utilizou-se Sigaud (2004), que analisou os acampamentos como estratégias legítimas de luta social, e Muniz (2023), que discutiu a intensificação da polarização política no Brasil, especialmente diante do avanço do bolsonarismo. Essa perspectiva foi essencial para diferenciar os acampamentos verde-amarelo — vinculados a pautas autoritárias e antidemocráticas — das ocupações promovidas por movimentos sociais progressistas.

A terceira parte do trabalho examinou o contexto geopolítico contemporâneo, com ênfase na ascensão global da extrema-direita. A leitura de Gelderloos (2018) permitiu compreender as dinâmicas internacionais da radicalização conservadora, fornecendo base para a conceituação de “territorialidade reacionária”.

Por fim, realizou-se uma análise das narrativas políticas construídas desde a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, até os eventos do dia 8 de janeiro de 2023. Essa etapa da pesquisa baseou-se em fontes jornalísticas e no relatório da Procuradoria-Geral da República (ASSCRIM/PGR n. 212310/2024), documento-chave para a compreensão dos discursos institucionais que legitimaram e incentivaram a formação de uma base social radicalizada. A partir dessas fontes, foi possível examinar como se consolidaram territórios marcados por uma territorialidade reacionária.

## CAPÍTULO 1 - O PODER EM TRÊS ATOS: ABSOLUTISMO, A AUTORIDADE E O POLÍTICA

Para que seja possível uma melhor compreensão sobre determinado fenômeno político, independentemente da escala de análise, é preciso inicialmente entender que, no campo da Geografia Política, o objeto principal dos diversos estudos é o poder. Esse termo é analisado por diversos autores e difundido em várias discussões. Para autores clássicos, como Weber (1982), poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, enquanto Russell (1979) entende o poder como a produção de resultados pretendidos.

Castro (2005) destaca uma pontuação importante: os clássicos entendem o poder como um substantivo, ou seja, algo que se possui. Para ela, no entanto, o poder não é algo que se possui; o poder é relacional e se manifesta a partir do momento em que uma das partes da relação pode, na concepção Castro (2005), invocar *sanções*.

Segundo esta linha de raciocínio, Castro (2005) categoriza três formas de poder: o poder despótico, o poder enquanto autoridade e o poder político. Em sua obra "*Geografia Política: Território, Escalas de Ação e Instituições*", Iná discorre sobre esses três tipos de poder e os diferencia. No primeiro poder, o despótico, sua base seria o medo, e o instrumento do poder seria a coação. Neste caso, visa-se o bem privado de quem o exerce. Assim, parafrazeando a autora, "é um poder que, paradoxalmente, tem pouco poder porque não se fundamenta na vontade do outro e, por isso, encontra-se sujeito à possibilidade de uma escolha trágica, que o anula" (Castro 2005, p. 102).

Outra forma de poder seria aquela fundada na autoridade, "um poder onde se faz a obediência por intermédio das leis, tradições e carisma" (Castro 2005, p.103). Nesta forma de relação, a superioridade é de ordem moral, visando o bem daquele que é o objeto da ação. Desta forma, a concessão é aceita por aqueles que se submetem. Castro (2005), citando Weber, entende que a autoridade seria a capacidade de fazer obedecer; diferentemente do poder despótico, o poder da autoridade tem mais força, pois repousa sobre um consentimento social.

O terceiro poder seria, então, o político. Neste caso, o poder político seria nada mais, nada menos, que a junção do despótico com o da autoridade, ou seja, carrega tanto a possibilidade de coerção quanto a autoridade fundada no legal, utilizando dessas duas formas (coerção e concessão) como bases para o exercício do bem comum.

O poder político nos interessa mais na Geografia Política, pois mostra uma forma de poder moral, seja na família, seja na sociedade, seja no Estado (nação). Em um mundo onde as relações sociais são permeadas pela influência e controle, o poder emerge como uma força central na configuração das dinâmicas humanas.

### 1.1 - O poder, o território e a territorialidade

Definido como a capacidade de moldar as ações e decisões dos outros, o poder transcende barreiras físicas e se manifesta em diferentes esferas da vida coletiva (Raffestin, 1993). É nesse contexto que o território e a democracia entram em cena, entrelaçando-se com o poder em uma teia complexa de relações.

O poder, como descrito por Claude Raffestin (1993) em “*Por Uma Geografia do Poder*”, não é apenas uma entidade abstrata, mas uma força concreta que se manifesta nos espaços vividos, nos territórios onde ocorrem as interações humanas. É por meio da territorialização que o poder se materializa, estabelecendo fronteiras físicas e simbólicas que delineiam quem detém o controle sobre determinado espaço e quem está sujeito a essa influência.

Pode-se, portanto, entender o poder não como algo que se possui de forma estática, mas como o resultado das relações entre indivíduos e instituições. O poder se faz dinâmico e portanto é abordado nesta pesquisa sob a perspectiva do autor, conforme sintetizado no quadro 1.

Quadro 1- Relações de Poder segundo Raffestin

<p><i>1. O poder enquanto rede de relações</i></p> <p><i>a. Poder como algo que não é apenas vertical (de cima para baixo), mas também horizontal, envolvendo negociações, alianças, e resistências. O poder se dissemina por meio dessas redes, atingindo todos os níveis da organização social. Logo, cada indivíduo ou grupo, ao interagir com o espaço e com outros indivíduos, está inserido em uma rede complexa de relações de poder.</i></p>
<p><i>2. O poder manifestado no território e na territorialidade</i></p> <p><i>a. O território enquanto expressão concreta das relações de poder. Ele argumenta que o espaço só se torna território quando é apropriado, delimitado e controlado por algum grupo social. Esse processo de territorialização é uma manifestação direta do poder, pois implica na capacidade de influenciar, regular e dominar um determinado espaço.</i></p>

Fonte: Autor (2025) com base em Raffestin (1993).

Raffestin (1993) argumenta que o espaço surge como um "local" de possibilidades, uma espécie de matéria-prima que preexiste às ações humanas. No entanto, a partir do momento em que um ator se apropria do espaço, exercendo algum tipo de ordenação e estabelecendo sistemas, o espaço cru se transforma em um espaço territorializado. Raffestin (1993), citando Lefebvre, explica como o espaço se transforma em território, que ocorre quando há a produção de um novo espaço físico, delimitado, modificado e transformado pelas redes, circuitos e fluxos. Em outras palavras, o espaço é alterado pelas pessoas, passando a expressar as relações de poder em sua forma mais pura.

Todos esses processos de modificação do espaço trazem à tona o conceito de território. O território é entendido como o espaço que possui energia e informação. Para Raffestin (1993), o território se apoia no espaço, mas não é simplesmente o espaço. Complementando:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (Raffestin, 1993, p.143).

Conforme mencionado, Raffestin (1993) cita em sua obra o "ator sintagmático" para uma melhor compreensão de sua linha de raciocínio. Mas o que seria, de fato, esse ator? O ator sintagmático é a pessoa que age sobre o espaço, ou seja, que organiza o espaço conforme seus interesses e, por meio de suas estratégias, modifica esse determinado espaço, transformando-o em território. Esse ator utiliza quatro elementos fundamentais na elaboração do território: espaço, recursos, regras e práticas. Portanto, já se compreende que o território emerge das relações de poder, ou seja, da capacidade de um determinado sujeito de impor suas vontades e controlar determinado espaço.

Seguindo esta linha de raciocínio, Haesbaert (2010) também concebe o conceito de território como dinâmico e resultado das relações entre indivíduos e grupos, abrangendo

interações sociais, econômicas, identitárias, políticas e culturais, todavia, ele não se limita à ideia de um único território, mas trabalha com o conceito de diferentes territórios que variam conforme a escala de análise. À medida que a escala muda, é possível observar formas distintas de territorialização, territorialidade e, conseqüentemente, de territórios. Castro (2005) Propõe que as diversas relações de poder supõem assimetrias na posse de meios e na estratégias para o seu exercício, e o território é tanto um meio como uma condição de possibilidade de algumas dessas estratégias. Ora, portanto, é possível entender que existem várias relações de poder em um território, e que, dependendo das escalas de análise, as estratégias diferem umas das outras. Será, então, que o território é único ou é cabível pensar na ideia de vários territórios?

Haesbaert (2014) compreende que a distinção dos territórios ocorre de acordo com aqueles que os constroem, sejam indivíduos, grupos sociais ou culturais, o Estado, empresas ou instituições como a Igreja. Os objetivos de controle social que se manifestam nas ações de territorialização variam conforme a sociedade e a cultura.

As principais formas de território que são trabalhadas por Haesbaert: a concepção de território-zona (Estado-nação, por exemplo) e a de território-rede (como as redes empresariais, por exemplo). Neste trabalho, utilizou-se a ideia de território-rede como ferramenta de pesquisa, uma vez que foi abordando um acampamento temporário que possuiu uma forma sazonal específica de territorialidade.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. (Haesbaert, 2004. p.3).

Imaginando, por exemplo, um território físico e fixo, de caráter homogêneo e hierárquico, como um Estado-nação, onde as fronteiras são nitidamente definidas e existe uma ordem de organização estatal em que o poder é verticalizado, onde a ordem vem de cima e se estabelece por todo um espaço contínuo e delimitado, então estará se falando do território-zona, o que Haesbaert (2004) entende como território tradicional.

Agora, pensando em uma territorialidade que não se prende às fronteiras, algo fluido que se expande para além das delimitações tradicionais, pensando em uma relação entre grupos, instituições e organizações que não precisam necessariamente de um espaço “físico-fixo” para exercer suas relações de poder, então falar-se-á sobre o território-rede, ou território de caráter reticular. Complementando:

Poderíamos mesmo, generalizando ao extremo, afirmar que o capitalismo se funda, geograficamente, sob dois grandes "paradigmas" territoriais -um mais típico da lógica estatal "tradicional", preocupada com o controle de fluxos pelo controle de áreas, quase sempre contínuas e de fronteiras claramente definidas; outro mais relacionado à lógica empresarial, também controladora de fluxos, porém prioritariamente através de sua "canalização" em dutos e nódulos de conexão (as redes), de alcance, em última instância, global. (Haesbaert, 2010, p.29).

Exemplificando, o território-rede pode ser visto nas redes de terroristas, nas multinacionais e até mesmo nas redes de comunicação digital (Haesbaert, 2014). Veja bem, como cada grupo citado acima tem sua forma de exercer suas relações de poder, mas não se fixa em um território específico. Essas entidades possuem identidades que podem variar de cultura para cultura, mas, no seu processo de territorialidade, podem facilmente se expandir em vários sentidos. Quando se diz "sentidos", pode-se pensar em deslocamento, seja no sentido figurado das redes, seja no sentido tradicional do termo. Por exemplo, o próprio fenômeno da migração de refugiados pode ser considerado uma forma de territorialidade baseada no território-rede.

Haesbaert (2010, p.24) traz em seu trabalho que o território dispõe de duas bases fundamentais, que se complementam: o aspecto funcional e o aspecto simbólico, como explicado melhor no quadro abaixo:

Quadro 2 - Aspectos do Território

<b>Território funcional</b>	<b>Território simbólico</b>
Processos de dominação “Territórios da desigualdade”	Processo de apropriação (Lefebvre) “Territórios da diferença”
Territórios sem territorialidade (empiricamente impossível)	Territorialidade sem território ex.: “terra prometida”

Fonte: Autor (2025) com base em Haesbaert (2010).

Se faz portanto importante para seguir a linha de raciocínio fazer uma distinção de território e territorialidade. Diversos autores falam sobre a territorialidade, todavia, vamos nos ater a entender ela, neste momento, a partir do trabalho de Haesbaert (2004), ele entende a territorialidade como:

Uma “abstração” também no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado. (Haesbaert, 2004. p.10).

Nesse caso, pensando no acampamento realizado em frente ao QG de Brasília, pode-se imaginar que as pessoas ali acampadas tinham um interesse em comum e, a partir desse interesse, se apropriaram de um determinado espaço e deram um significado simbólico a ele. Embora o acampamento tenha sido temporário, o que não o configura como um território em seu termo material (Raffestin 1993), houve ali uma forma de territorialidade, apoiada em diversos tipos de redes, como de comunicação, transporte e abastecimento. Nesta pesquisa, buscou-se entender como se deu o processo de manifestação dessa territorialidade, qual foi o seu caráter, quais os seus interesses, o contexto político que o acampamento foi estabelecido e como este evidencia uma fragilidade na representatividade democrática brasileira.

## **CAPÍTULO 2 – GEOGRAFIAS DO PODER: ENTRE A REIVINDICAÇÃO E O RETROCESSO**

Diante dessa análise sobre a territorialidade expressa no acampamento em frente ao QG de Brasília e seus reflexos na crise de representatividade democrática, este capítulo se dedica a contextualizar as ocupações no espaço urbano, diferenciando os acampamentos de movimentos sociais, de caráter democrático, do acampamento *verde e amarelo*, além de refletir sobre como a direita reacionária passou a ocupar com mais intensidade as ruas e construir suas narrativas num contexto geopolítico de ruptura institucional.

### **2.1 - Diferentes modos de territorializar a ação política**

No decorrer da história, diversas formas de ocupações do território foram realizadas. Ocupações como do movimento Zapatista no México em 1994, a revolta de Seattle em 1999 e a ocupação de Wall Street em 2011 nos Estados Unidos; e a ocupação da Praça Tahrir, no Egito, em 2011, exigindo o fim da ditadura de Hosni Mubarak durante a Primavera Árabe; São exemplos de ocupações que carregam em si reivindicações de uma parcela da sociedade em busca de equidade, fundamentadas, sobretudo, em aspectos democráticos. Sendo assim, estes grupos previamente organizados, ou não, se apropriaram de um espaço dando simbolismo político a ele. É possível visualizar a estruturação de uma territorialidade democrática de resistência nestes espaços. Na figura 1 fica mais perceptível as reivindicações de cada movimento e de que forma eles ocuparam os espaços públicos e fundamentaram sua territorialidade.

Figura 1 - Ocupações populares em escala mundial entre 1994 - 2012

Ocupações Sociais Globais 1994-2012		Reivindicações, formas de organização e impactos políticos		
MOVIMENTOS	ANO/PERÍODO	LOCAL	RESUMO	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO
MOVIMENTO ZAPATISTA	1994	Chiapas, México	Revolta liderada pelo EZLN, grupo indígena e anticapitalista contra o NAFTA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Horizontal</li> <li>• Uso estratégico da internet</li> <li>• Assembleias locais</li> </ul>
REVOLTA DE SEATTLE	1999	Seattle, EUA	Protesto contra a OMC, marco do Movimento antiglobalização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redes descentralizadas</li> <li>• ONGs</li> <li>• Sindicatos</li> <li>• Táticas de ação diretas</li> </ul>
OCCUPY WALL STREET	2011	Nova York, EUA	Movimento contra o poder financeiro e desigualdades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Horizontalidade</li> <li>• Assembleias</li> <li>• Uso massivo das redes sociais</li> </ul>
PRIMAVERA ÁRABE	2010/2012	Oriente Médio e Norte da África	Levante contra regime autoritários e de repressão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização espontânea</li> <li>• Redes sociais</li> <li>• Mobilização massiva nas ruas</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria (2025) com base em SILVEIRA, 2021; ARANTES, 2013; O GLOBO, 2013; CAFÉ HISTÓRIA, s.d.; LE MONDE DIPLOMATIQUE, s.d.

Seguindo essa linha histórica de mobilizações visualizadas no quadro acima, percebe-se reivindicações horizontais, de caráter progressistas e emancipatórios. Houve também no Brasil um dos maiores levantes populares da história recente do país, a intitulada Jornadas de Junho<sup>1</sup>. Que surgiu com o Movimento Passe Livre (MPL), na cidade de São Paulo, onde um coletivo autônomo de esquerda foi às ruas em forma de protestos contra o aumento de passagens na capital paulista.

O movimento foi tomando proporção nacional até que em meados de 13 de julho houve grande comoção no país com os registros das opressões e violências policiais que os manifestantes sofreram nos atos. As ocupações sociais listadas acima como o Movimento Zapatista, Primavera árabe e o Occupy Wall Street, juntamente com a Jornadas de Junho no Brasil fazem parte de uma onda global de protestos em que Zizek (2012) destaca como um sintoma da crise estrutural da democracia liberal.

A mobilização tomou conta das ruas no Brasil inteiro e levou mais de 1 milhão de pessoas às ruas no dia 20 de junho de 2013, e já traziam nas suas reivindicações pauta para

<sup>1</sup> A expressão “Jornadas de Junho”, utilizada para nomear os protestos de 2013 no Brasil, remete simbolicamente às “Jornadas de Julho” francesas, evocando uma tradição histórica de levantes populares. Ver: Safatle, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

além do transporte, como por exemplo, aos gastos excessivos da copa do mundo de 2014, os rumores de corrupção, precariedade do serviço público e à PEC 37.

A esquerda que estava no poder não compreendeu a onda de movimentos e reivindicações estabelecidas nas ruas, ao passo que a desmobilização da esquerda radical foi abrindo brechas para a apropriação dessas pautas pela direita brasileira, até que os manifestantes do MPL e de outros movimentos sociais começaram a ser atacados e expulsos das manifestações, que trocaram as bandeiras dos movimentos sociais por símbolos nacionais como a bandeira brasileira e camisas da seleção brasileira de futebol.

Zizek (2012) já alertava que quando movimentos em massa surgem nessa amplitude, surgem sobretudo em crises representativas e podem carregar uma potência radical, todavia podem perder força e serem capturados por discursos hegemônicos, se não tiverem uma base forte. Ortellado (2014) compreende o Occupy Wall Street e as Jornadas de Julho como movimentos que expressavam uma política “pós-ideológica e horizontal”, porém, no Brasil, ela foi rapidamente cooptada por discursos conservadores.

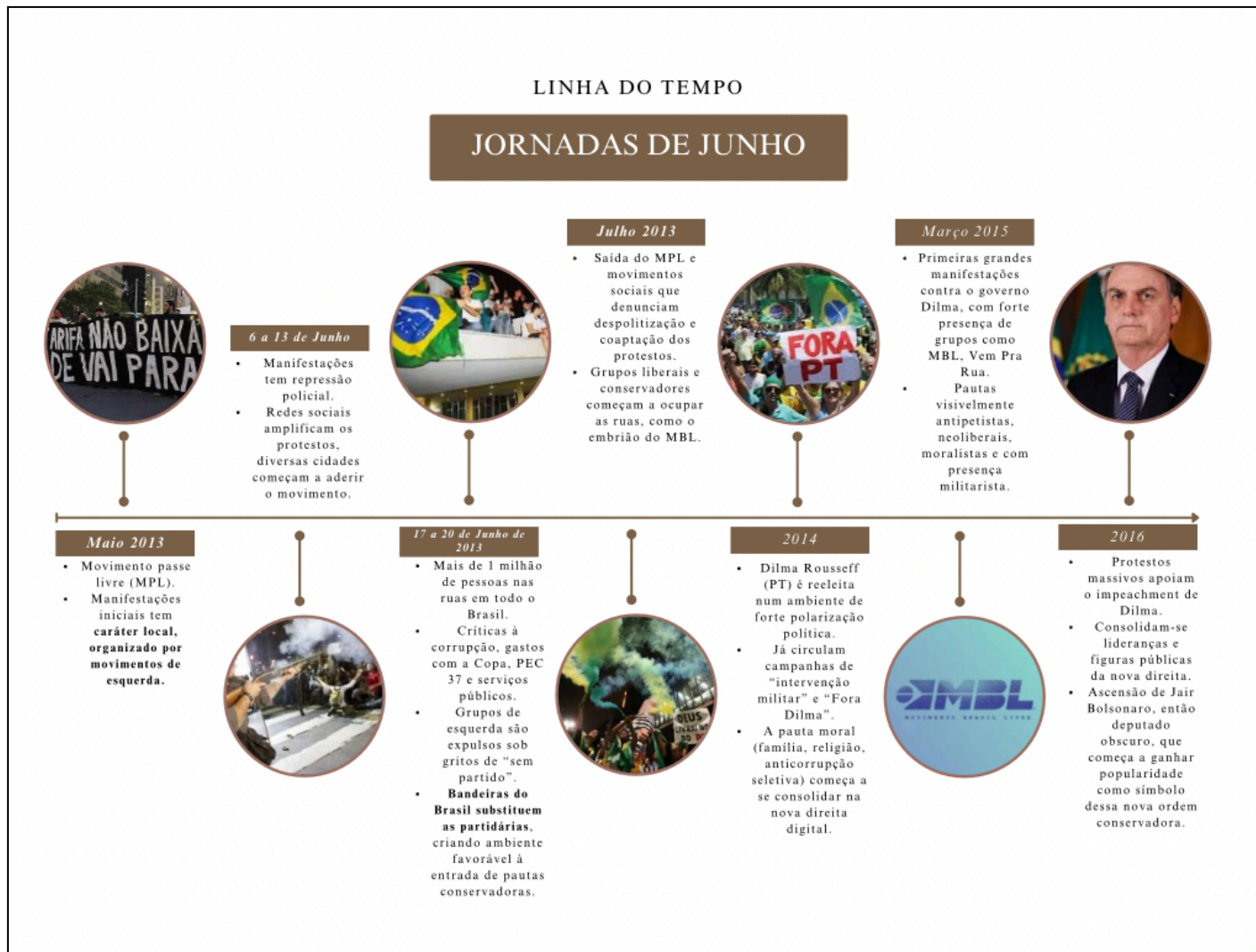
As manifestações que eram pautas trazidas da esquerda radical brasileira foram sendo substituídas por discursos e símbolos conservadores e tomada pela despolitização das pautas até que em Julho de 2013 o MPL e demais movimentos sociais começaram a se retirar dos protestos que foi tomado por pessoas que gritavam “Brasil sem partido” e a famosa frase “o gigante acordou!”. Haesbaert (2014) ajuda na compreensão deste deslocamento simbólico como uma “disputa territorial dos espaços urbanos”. As ruas que inicialmente eram tomadas pela esquerda, e sujeitos populares em busca de direitos, passam a ser ocupadas por uma nova territorialidade, conservadora e reacionária; reconfigurando os espaços públicos deixados pela esquerda.

Estes espaços foram ocupados por grupos da direita liberal como por exemplo o Movimento Brasil Livre (MBL) que é embrionário deste contexto de protestos. O MBL surge no “vazio simbólico” deixado pela esquerda nas ruas e trouxe pautas da crise institucional e econômica em que o Brasil passava por um olhar antipetista, moralização política e rejeição à esquerda. Zizek (2012) já alertava que o pior que pode acontecer a um movimento popular, é ser aceito pelos donos do poder como um parceiro de diálogo.

Todo esse processo então abriu caminho para a ascensão da direita nas ruas em 2015 e uma série de mobilizações que pediam o impedimento da então presidente Dilma Rousseff e com pautas moralistas, conservadores e neoliberais de privatização em massa. A rua, que foi parte de uma luta por direitos sociais, agora era tomada pela tomada simbólica do

impedimento da presidente e a ascensão de Jair Messias Bolsonaro, como ilustrado na figura 2.

Figura 2: Dos movimentos e protestos à eleição de Jair Messias Bolsonaro



Fonte: Elaboração própria (2025) com base em NOGUEIRA (2013); ORTELLADO (2014); PINTO (2017); ROCHA (2018).

No Brasil existem ocupações promovidas por movimentos sociais que reivindicam direitos à terra, à moradia e, em camadas mais profundas da luta, o direito à terra indígena, exemplo disso é o caso do Santuário dos Pajés, em Brasília, onde indígenas do povo Avá-Canoeiros e Kariri-Xocó e seus apoiadores resistiram à especulação imobiliária no Noroeste de Brasília para preservar seu território.<sup>2</sup>

Sigaud (2004) discorre sobre os movimentos sociais no Brasil, em especial sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) explicando sobre as reivindicações das ocupações e também como se dava a estrutura e o funcionamento desses acampamentos. Em sua pesquisa<sup>3</sup>, mostra como ocorria o processo de iniciação desses acampamentos, que:

Possuíam uma organização espacial semelhante, com barracas de madeira cobertas com um plástico preto grosso que denominam lona. As barracas eram alinhadas de modo a formar ruas. Em todos eles era içada a bandeira da organização que o estava promovendo. O número de pessoas que participavam da ocupação era variável: desde mais de cem, até apenas uma dezena de pessoas. (Sigaud, 2004. p.12)

Em 1993, o Congresso Nacional, com base na Constituição Federal de 1988, estabeleceu que a improdutividade da terra caracterizava o não cumprimento da função social da propriedade. Sendo assim, o Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA), até então de pouca notoriedade, começou a distribuir essas terras para os acampamentos. Inicialmente, os acampamentos buscavam formas de se manter e se apoiavam em pedir suprimentos a comércios, igrejas e à própria prefeitura. Complementando:

Os movimentos tratavam de conseguir dos órgãos governamentais, sobretudo do Incra e das prefeituras, e ainda de políticos e das igrejas locais, alimentos para os acampados e também promoviam cortes nas estradas para arrecadar dinheiro e coleta de gêneros nos estabelecimentos comerciais. (Sigaud, 2004. p.13)

Além disso, Sigaud (2004, p.14) destaca que “havia um vocabulário próprio associado às ocupações e aos acampamentos. Dizia-se preferencialmente *ocupar* ao invés de *invadir*, verbo empregado pela mídia, pelos proprietários e pelo senso comum.”

Os movimentos sociais foram evoluindo suas estruturas e se firmando em reivindicações baseadas na legislação, para que pessoas sem oportunidade ou abandonadas pela sociedade pudessem ter direito à terra, ao trabalho digno e à moradia. Continuando, afirma que:

[...] o Incra, por sua vez, aceitou a legitimidade dos procedimentos: reconheceu os movimentos como representantes autorizados a solicitar desapropriações, acatando suas demandas, e os participantes das ocupações como pretendentes legítimos à

<sup>2</sup> PENHAVEL, Pedro. Urbanização capitalista e resistência indígena no Brasil: o caso do Santuário dos Pajés. *Confluente. Rivista di Studi Iberoamericani*, v. 6, n. 2, p. 201-220, 2014.

<sup>3</sup> SIGAUD, Lygia. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. *Cuadernos de antropología social*, n. 20, p. 11-23, 2004.

terra, dando-lhes uma parcela. Conferiu também aos movimentos e aos participantes dos acampamentos uma existência oficial em seus registros. (Sigaud, 2004. p,17)

É possível estabelecer, então, que a ocupação promovida pelo movimento social se baseia primeiramente na lei, respeitando a Constituição Brasileira. Suas reivindicações carregam um simbolismo democrático, pois trazem à discussão a ideia de que as pessoas devem ter acesso à terra. Sua estrutura, ou seja, a forma como os acampamentos se mantinham, ocorria por intermédio das próprias pessoas que ali estavam, por meio de doações da prefeitura, de comércios e até mesmo do próprio trabalho dos ocupantes. As decisões nesses espaços eram realizadas por meio de assembleias, e os acampamentos possuíam uma estrutura fixa de ocupação e de relação com a terra, associadas a uma territorialidade de cunho progressista.

Cabe aqui, portanto, trazer algumas distinções entre as ocupações relacionadas aos movimentos sociais e os acampamentos promovidos pelo movimento *verde-amarelo*<sup>4</sup> frente aos quartéis-generais (QG) em Brasília e demais espalhados pelo país.

Os acampamentos realizados pelo movimento *verde-amarelo* frente ao QG de Brasília também carregam um simbolismo, todavia, não se pode afirmar que esse simbolismo se baseia em princípios democráticos, muito pelo contrário, uma vez que esses acampamentos foram fixados em espaços militares delimitados, diferentemente de manifestações realizadas em espaços públicos, onde a maioria dos protestos acontecem, além de que, as reivindicações do movimento ferem a lógica democrática.

É pertinente realizar, neste momento, uma importante diferenciação, enquanto nos movimentos sociais, a ocupação ocorre para garantir o direito àquela determinada terra, as ocupações *verde-amarelo* não reivindicam o direito à terra, nem a nenhuma reivindicação de direitos, todavia manifestam insatisfação com o processo eleitoral brasileiro que é fundamentado em bases democráticas. Em contraposição aos movimentos de cunho progressistas, os manifestantes suplicavam a volta de uma ditadura militar ou, em alguns casos, que o então presidente Bolsonaro retomasse o poder e convocasse novas eleições. Sendo assim, essa parcela da população ocupou uma área militar em prol de reivindicações que iam na contramão da democracia, evidenciando um dos sintomas na fragilidade da democracia brasileira.

---

<sup>4</sup> CIRQUEIRA, José Vandério. Geografia selvagem: o Acampamento Terra Livre como r-existência ao massacre, desastre e colapso. O autor afirma que “os levantes das ruas dessas duas primeiras décadas estão encurralados pela ofensiva ultraconservadora e neofascista, com os verde-amarelos, o bolsonarismo e o pânico moral da evangelização neopentecostal, além da expansão de grupos milicianos e de controle dos corpos e desejos.”

Infere-se pois que, analisando o acampamento realizado em frente ao QG de Brasília, pode-se imaginar que as pessoas ali acampadas tinham um interesse em comum e, a partir desse interesse, se apropriaram de um determinado espaço e deram um significado simbólico a ele, um simbolismo reacionário.

Embora o acampamento tenha sido temporário, o que não o configura como um território em seu termo material (Raffestin 1993), houve ali uma forma de territorialidade, apoiada em diversos tipos de redes, como de comunicação, transporte e abastecimento.

## **2.2 - A direita reacionária**

Para tal, faz-se necessário entender como estava o cenário político atual no Brasil e no mundo. Gelderloos (2018), em seu *“Diagnóstico do Futuro”*, afirma que tanto a democracia quanto o capitalismo estão em crise, o que até então não era um debate das classes políticas, pelo menos nos anos 90 e parte dos anos 2000. *“De um lado, temos a direita tentando reformular o contrato social e, nas franjas mais distantes, acabar com a democracia, enquanto, do outro lado, a esquerda tenta renovar a democracia e suavizar suas contradições.”* (Gelderloos, 2018, p.6). Essa crise democrática está intimamente ligada a uma crise financeira, sobre a qual o autor (2018) se debruça, dando exemplos da crise global de 2008 até a criação do Etno-Estado israelense.

Em seu diagnóstico, Gelderloos (2018) explica a origem do etno-estado israelense e sua intrínseca relação com a direita reacionária. Ele faz uma análise da soberania vestfaliana, descrevendo o contexto do feudalismo, onde, em diferentes regiões do globo, havia senhores feudais com suas formas de governar suas terras, servos e vassalos. Naquele período, não existia uma "hierarquia política uniforme", e a Paz de Vestfália foi responsável por cimentar essas hierarquias. Além disso, a religião dos governantes tornou-se a religião oficial da terra, o que causou, inicialmente, uma segregação religiosa. Se existissem alguns servos com religiões diferentes da do governante, eles teriam que fazer suas preces ou rituais em segredo, exceto se fossem católicos, luteranos ou calvinistas. Seguindo essa linha de raciocínio, temos vários exemplos de segregação estabelecida de forma forçada ao longo da história, como o "Caldeirão" dos Estados Unidos e até o essencialismo científico francês.

O que o autor (2018) evidencia é que a criação do Etno-Estado de Israel repete a ideia de um estado-nação segregador, que surge como uma proposta contrária à democracia. Trata-se de uma resposta reacionária a uma crise da democracia mundial.

O Estado israelense revelou sua disposição de romper com a igualdade democrática a fim de construir uma nova síntese, legislando direitos não equitativos - negando explicitamente ao árabes, mulçumanos e outros não judeus o direito à autodeterminação ou o direito à terra e à moradia e atingindo especificamente um compromisso simbólico com a democracia a partir da linguagem da nova lei. (Gelderloos, 2018. p.9).

Continuando, pode-se perceber, através da análise feita por Gelderloos (2018), que existe um avanço e uma manifestação da extrema direita, que neste trabalho trataremos como direita reacionária. Ele cita países, como o próprio Etno-Estado de Israel sob o comando de Netanyahu, além de uma série de países que atualmente abraçam essa corrente reacionária, como Hungria, Polônia e Áustria, “Essa aliança política conclui um dos debates mais estereis do século 20, o relativo e o sionismo, nos quais seus muitos críticos judeus (como Arendt, Chomsky e Finkelstein) o judeu que odeia a si mesmo.” (Gelderloos, 2018. p. 16).

Não é novidade que a direita reacionária está sempre ligada a debates que buscam a segregação e a negação de direitos por parte de alguns grupos dominantes, geralmente amparados por uma cortina de falsa moralidade e discursos de ódio. Tem sido assim no mundo, e foi assim que ela se estabeleceu no Brasil. A direita reacionária brasileira, fortemente associada a uma corrente neopentecostal, busca a todo momento negar direitos fundamentais a mulheres e à comunidade LGBT, além de perseguir ideologias de caráter progressista, disseminando falsas informações.

Foi nesse contexto que o acampamento verde-amarelo se instaurou em frente ao QG de Brasília. Após as eleições presidenciais de 2022, um grupo de pessoas espalhado por diversas partes do país não aceitou o processo eleitoral, que foi democrático. Eles acamparam em várias áreas militares, pedindo o retorno da ditadura militar ou, em alguns casos, um golpe de Estado por parte do então ex-presidente. Isso mostra como, novamente, a direita reacionária busca solucionar os desafios da democracia com soluções autoritárias ou já utilizadas em gerações passadas, como no caso do golpe empresarial-militar de 1964<sup>5</sup>

Esse grupo de pessoas se manteve em um determinado espaço, que podemos entender como um espaço militar, e veio de diversas partes do país. Utilizando redes de transporte, eles se deslocaram até esse espaço, onde permaneceram, financiados por redes de abastecimento. Nos acampamentos, utilizavam as redes sociais para propagar informações falsas, aumentando a instabilidade política que o Brasil enfrentava naquela época.

---

<sup>5</sup> Juliana Passos na reportagem “60 anos do golpe empresarial-militar” cita o livro ‘1964: a conquista do Estado’, onde René Dreifuss destaca como a participação de empresários foi decisiva para a formação desse projeto. Explicando a tendência crescente, entre os historiadores, de caracterizar o regime autoritário inaugurado com o golpe como “ditadura empresarial-militar”.

Este coletivo deu simbolismo ao espaço, apropriando-se dele. É possível observar uma forma de territorialidade nesse processo. Embora o local fosse temporário e, portanto, não um território permanente, houve uma territorialidade reticular, um simbolismo reacionário. Mesmo que se considerasse o local como um espaço de resistência, surge a pergunta: resistência ao quê? Resistência à democracia?

## **CAPÍTULO 3 – TERRITORIALIDADE REACIONÁRIA E CRISE NA DEMOCRACIA**

Partindo da consolidação da direita reacionária em escala global, o próximo tópico se dedica a compreender como essa corrente se estabeleceu no Brasil, com ênfase nas narrativas construídas contra o processo eleitoral, na disseminação de discursos de deslegitimação das instituições e no papel central de Jair Messias Bolsonaro na articulação de uma direita reacionária e fragmentada, pautada no antipetismo e na retórica anti-esquerda.

### **3.1 Espaço político do engano: entre a mentira e a construção da crise**

Em virtude do avanço da direita reacionária no mundo, essa corrente não demorou a chegar no Brasil, especialmente após as manifestações de junho de 2013 e com os escândalos de corrupção na Petrobrás e da operação lava-jato; culminando no impedimento da então presidente Dilma Rousseff em 2016. O país passou por uma onda de intensificação da polarização política, tornando-se uma sociedade altamente dividida entre pessoas majoritariamente de direita ou de esquerda.

A direita reacionária que até o momento não possuía expressão representativa nas ruas, tomou corpo ao passo que surge a figura de Jair Messias Bolsonaro. É importante entender que esse processo de fragmentação da direita reacionária brasileira foi altamente fundamentado nas mídias e nas redes sociais. Muniz (2023) compreende que tanto a mídia, quanto as redes sociais foram fundamentais para a ascensão da polarização política que se deu no Brasil, em especial pela circulação de notícias falsas que buscavam a todo custo atacar opositores, notícias estas intituladas *Fake News*.

Muniz (2023) citando Sargentini e Carvalho (2021, 1977) entende que tanto a eleição de Trump quanto a de Bolsonaro foram baseadas em “disparo de mensagens falsas em redes sociais, criação de sites de ocasião mimetizando o jornalismo tradicional, naturalização de um discurso marcado por preconceitos e retrocessos”. Complementando:

Bolsonaro, cuja candidatura foi alicerçada no uso deliberado de mentiras veiculadas por mídias sociais (em especial WhatsApp e Youtube) e que recusou qualquer tipo de debate ao longo da campanha, transformou-se no emblema local de uma nova era, na qual o jornalismo profissional é marginalizado e o líder político se relaciona de forma imediata com uma multidão não mais de cidadãos, mas de “seguidores”, usando um discurso que não é desafiado por qualquer checagem factual, muito

menos por discursos opostos tal como Donald Trump, que é uma inspiração óbvia para a estratégia política que adotou. (Miguel 2019, 45).

Muniz (2023) com base em Miguel (2019) compreende esta polarização política brasileira como “assimétrica”, tendo em vista que

Foi a direita que se radicalizou, rompeu com a conciliação que os governos petistas encarnavam, passou a recusar qualquer espaço de diálogo e adotou, em diferentes frentes, um discurso de combate sem tréguas contra os direitos trabalhistas, contra o feminismo, contra o Estado social. Contra, enfim, todas as promessas igualitárias do pacto encarnado na Constituição de 1988. (Miguel, 2019, 47).

Mesmo após o impedimento de Dilma Rousseff, a lógica democrática se manteve. Em 2018, os eleitores exerceram seu direito ao voto e elegeram o então candidato Jair Messias Bolsonaro. Todavia, mesmo tendo obtido a vitória de forma democrática, Bolsonaro atacou as urnas eletrônicas e o processo eleitoral brasileiro ainda durante sua campanha. Conforme apontado no relatório da Procuradoria-Geral da República (PGR), Jair Messias Bolsonaro inaugurou seus ataques ao sistema eleitoral brasileiro ainda durante a campanha presidencial de 2018 e persistiu na narrativa infundada de fraude, mesmo após ser eleito.

Para dar êxito ao plano de desacreditar as urnas, Bolsonaro contava com pessoas próximas que exerciam cargos de importância, como Augusto Heleno (chefe do Gabinete de Segurança Institucional) e Alexandre Ramagem (diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN). De acordo com a PGR, Ramagem documentava as informações repassadas ao então presidente. Em um desses documentos, denominado "Bom Dia Presidente.docx", enviado em 4 de março de 2020, havia o relato da criação de um grupo técnico voltado para desacreditar as urnas eletrônicas.

Outrossim, no contexto político, nos termos do Procurador-Geral da República, Bolsonaro utilizava a manipulação em seus discursos para incitar seus eleitores contra o Poder Judiciário. Em 7 de setembro de 2021, durante um discurso na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, evidenciou-se, por parte dele, um receio acerca de uma possível derrota nas urnas, seguido pela apresentação explícita de uma mensagem autoritária a respeito de sua permanência no poder, afirmando: *"Só saio daqui preso, morto ou com vitória. Quero dizer aos canalhas que eu nunca serei preso."*

É evidente que Bolsonaro, sustentado pela direita reacionária, procurava, em diversas ocasiões, deslegitimar a democracia, insinuando outras formas de se manter no poder. Essa reflexão encontra correspondência na concepção de poder defendida por Castro (2005), que o caracteriza como um poder que deslegitima o outro – um poder fraco, mas perigoso para o

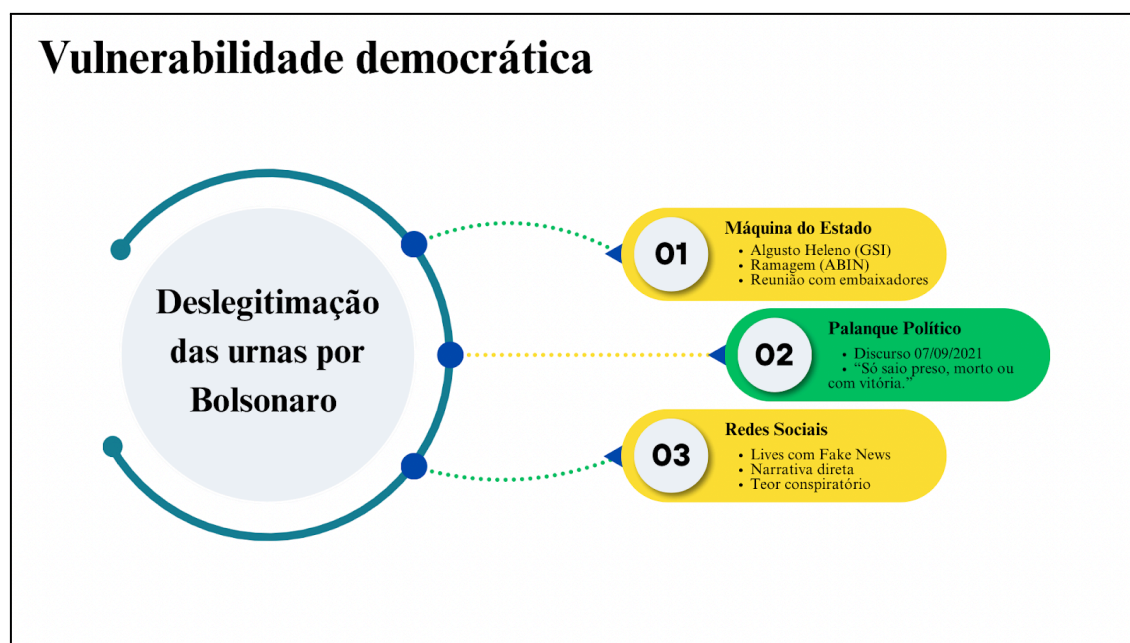
processo democrático. Ao utilizar a máquina pública, Bolsonaro não apenas atacou o regime que o elegeu, mas também buscou instaurar a desordem social, disseminando dúvidas sobre a legitimidade das urnas eletrônicas.

Além dos discursos proferidos no âmbito político, Bolsonaro fez uso das redes sociais para continuar seus ataques ao sistema eleitoral. Em 29 de julho de 2021, durante uma live para seus seguidores, voltou a deslegitimar as urnas eletrônicas, disseminando desinformação e atacando tanto opositores quanto o próprio sistema eleitoral brasileiro.

Paralelamente, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva recuperou seus direitos políticos, o que intensificou ainda mais a polarização e gerou maior instabilidade no governo Bolsonaro. Como reação, o chefe do executivo convocou uma reunião com embaixadores, que, segundo a PGR: "Aconteceu exclusivamente para que fossem ouvidas palavras de desconfiança e descrédito com relação ao sistema eletrônico gerido pelo Tribunal Superior Eleitoral."

Assim, o governo Bolsonaro empregou três ferramentas principais para propagar desinformação e realizar críticas infundadas ao processo eleitoral brasileiro, conforme evidenciado na Figura 3.

Figura 3: Formas de comunicação do governo Bolsonaro em tentativa de deslegitimar as urnas eletrônicas



Fonte: Autor (2025)

À luz dos eventos mencionados anteriormente, ficou evidente que tudo foi cuidadosamente planejado com o objetivo de gerar instabilidade e minar a confiança da população no sistema eleitoral. Bolsonaro venceu as eleições desacreditando do processo eleitoral que o levou ao poder e, em um primeiro momento, utilizou a máquina pública para incentivar seus apoiadores a conspirarem contra os poderes judiciários e o processo eletrônico de votação. Em um segundo momento, mais especificamente no fim do primeiro turno, quando foi perceptível que a derrota nas urnas poderia acontecer, Bolsonaro utilizou, segundo a PGR, da Polícia Rodoviária Federal para sabotar a votação de alguns eleitores, em áreas que estudos já apontavam que o seu rival teria preferência de votos, há então neste momento um uso ostensivo da máquina pública.

A narrativa bolsonarista sempre se pautou no embate com o Poder Judiciário, estimulando seus eleitores a fazerem o mesmo. Com base nessa perspectiva, é possível proceder à análise dos principais momentos dessa trajetória.

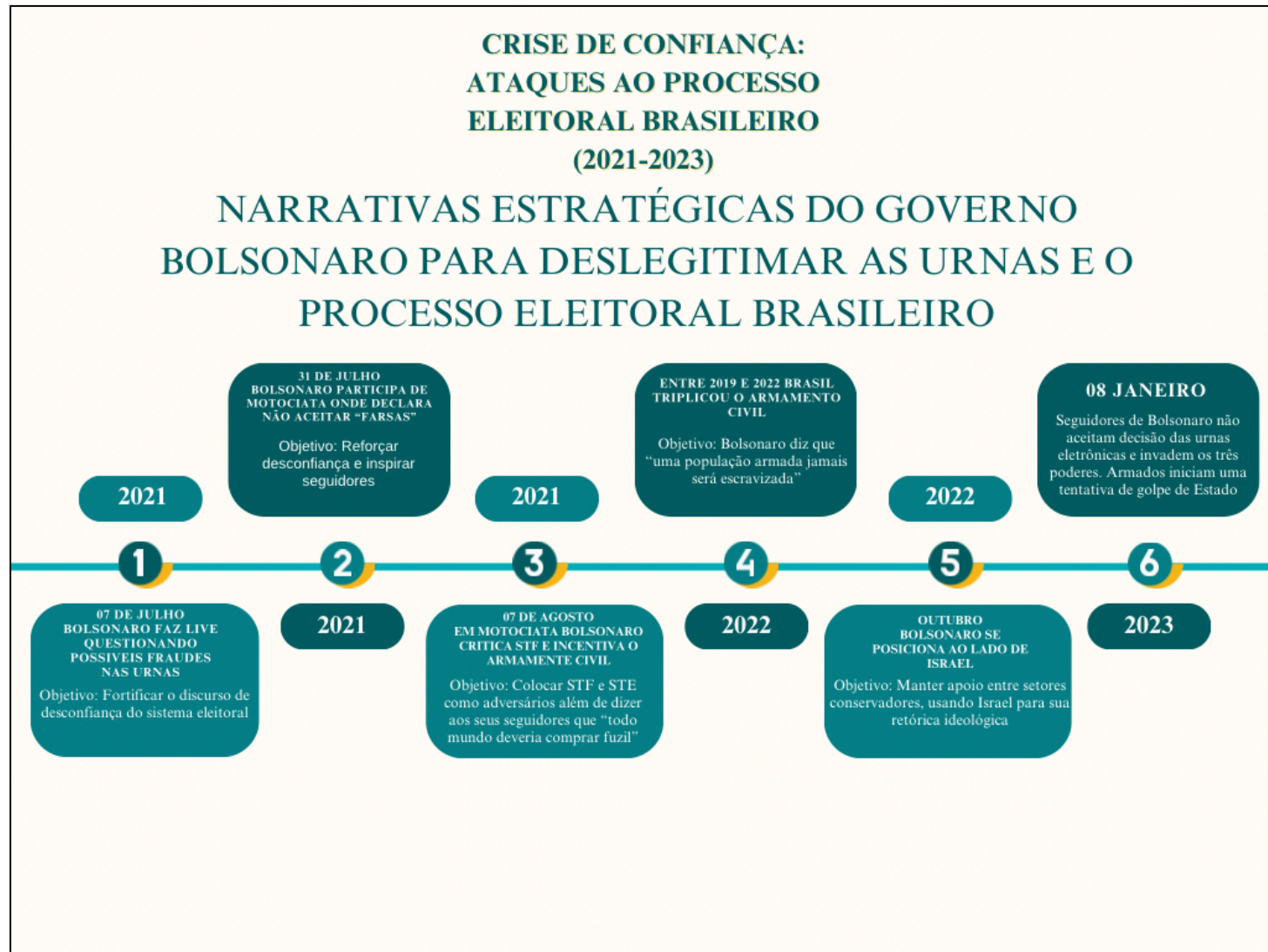
### 3.2 - Rompendo o pacto jurídico-institucional da democracia burguesa

A crise, construída intencionalmente por meio de mentiras, ataques às urnas, ao STF e ao TSE, fere profundamente a própria democracia burguesa, representativa — aquela que,

apesar de seus limites, organiza a política institucional no Brasil. O quadro da linha do tempo deixa evidente como Bolsonaro, ao longo de seu mandato, fortaleceu uma base que une discurso religioso vinculado a Israel, incentivo ao armamento da população — majoritariamente branca, conservadora e elitista — e constante ataque às instituições. Essa combinação de elementos sustenta uma lógica autoritária, que questiona a própria validade do processo eleitoral e alimenta o desejo de ruptura institucional, culminando nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Se por um lado, os movimentos da esquerda radical — ocupações urbanas, movimentos populares e setores autônomos — questionam essa democracia representativa buscando superá-la por meio de práticas de democracia direta, como assembleias, conselhos populares e autogestão, por outro, a direita reacionária nega a democracia. Ela reivindica justamente a sua negação: a anulação das eleições, a volta de Bolsonaro ou até mesmo de uma ditadura empresarial-militar, como ficou explícito nas pautas dos acampamentos e dos atos golpistas. Portanto, a crise não é só uma crise do resultado eleitoral, mas uma crise profunda na legitimidade da própria democracia liberal, capturada por uma direita que se apresenta como anti-sistema, mas defende, na prática, um projeto ainda mais autoritário e excludente. A linha do tempo que se segue dá ferramentas para uma melhor visualização das narrativas e ações que alimentaram a fragilidade na representatividade democrática, agora num recorte de 2021 até 8 de janeiro de 2023.

Figura 4 - Crise de Confiança: Ataques ao Processo Eleitoral Brasileiro (2021 - 2023)



Fonte: Autor (2025) com base em ARATU ON (2021); DIÁRIO DE APARECIDA (2021); ESTADÃO (2021); AGÊNCIA BRASIL (2023).

Já compreendeu-se, então, que Bolsonaro atacava constantemente as urnas eletrônicas e os poderes Judiciário e Eleitoral. Na linha do tempo acima, é possível visualizar uma série de acontecimentos que tiveram relação intrínseca com o 8 de janeiro de 2023 — data em que antidemocratas radicalizados, ligados ao movimento verde-amarelo, invadiram o Congresso e os palácios dos Três Poderes, se intitulando “libertadores da nação” e clamando por novas eleições, alegando que o “povo” havia tomado o poder.

A fim de compreender de maneira mais precisa os fatores que contribuíram para esse radicalismo, é pertinente revisitar o 7 de setembro de 2021, quando Bolsonaro indicou que o processo eleitoral brasileiro era falho e atacou as urnas, alegando a ocorrência de fraude — sem qualquer fundamento —, a fim de espalhar informações falsas. Essa foi uma estratégia semelhante àquela que o levou ao poder em 2018, segundo Muniz (2023). Mais uma vez, a direita reacionária buscava soluções ultrapassadas para problemas atuais. Gelderloos (2018) explica muito bem essa relação da direita reacionária com a constante reprodução de mentiras, pautadas na segregação e na violência como fundamentos de suas narrativas.

No dia 31 de julho de 2021, o presidente Jair Bolsonaro participou de uma motociata em Presidente Prudente, no interior de São Paulo. O evento reuniu apoiadores que o acompanharam em um passeio de motocicleta pelas ruas da cidade. Durante o ato, Bolsonaro voltou a criticar o sistema de votação eletrônico, afirmando que não aceitaria “farsa em qualquer eleição que seja”.

Neste contexto, é possível compreender novamente a verdadeira razão por trás dessas mobilizações. Com uma direita reacionária fragmentada e não aberta ao diálogo com partidos de centro-esquerda e esquerda, Bolsonaro vai às ruas em forma de motociata — lembrando, inclusive, formas de organização fascistas. Primeiramente, no culto à personalidade, em que Bolsonaro se coloca como “mito” e salvador da nação; em segundo lugar, na apropriação do espaço público. As motociatas ocupam rodovias e cidades, interrompem o cotidiano e buscam exibir o poder simbólico de uma massa disciplinada que se move em apoio ao líder, como demonstração de uma soberania paralela.

Já durante a motociata realizada em 7 de agosto de 2021, em Florianópolis, Bolsonaro fez diversos discursos nos quais voltou a criticar o sistema de urnas eletrônicas e defendeu o voto impresso auditável. Em suas falas, afirmou que “*querem decidir as coisas no tapetão*” e que “*a democracia nasce do voto responsável e contabilizado*”. Também declarou que “*quem*

*decide as eleições são vocês. Não são meia dúzia dentro de uma sala secreta que vão contar e decidir quem ganhou as eleições”.*

O presidente criticou ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e exaltou a “legitimidade” do Congresso Nacional, afirmando que “quem tem legitimidade, além do presidente, é o Congresso Nacional”. Conclamou ainda a população a *“lutar com todas as armas” pelo voto auditável, dizendo que “eleição fora disso não é eleição”*. Durante o evento, também explicou que a proposta de voto impresso não significaria que o eleitor levaria um comprovante para casa, mas que uma impressora exibiria o voto atrás de uma placa transparente para conferência, antes de ser depositado em urna física para eventual auditoria.

Essas declarações ocorreram no contexto dos debates sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do voto impresso, que havia sido rejeitada em comissão especial da Câmara dos Deputados, mas que, ainda assim, foi levada ao plenário pelo presidente da Casa, Arthur Lira.

Entre 2019 e 2022, a população brasileira triplicou a aquisição de armas de fogo. Bolsonaro incentivava seus seguidores a se armarem com o discurso de que *“uma população armada jamais será escravizada”*. Autores chamam isso de facilitação as armas, ou então de militarização social.<sup>6</sup> Quando vinculamos esse discurso ao ataque às urnas eletrônicas, vemos a formação de um controle de massas extremamente eficaz. Organiza-se uma população contra uma ameaça específica — neste caso, o sistema eleitoral — e essa população é armada e mobilizada para confrontar um inimigo comum. Mas, afinal, quem seria esse inimigo? A democracia? O próprio voto auditável?

A partir da análise da Figura 4 e do discurso bolsonarista, percebe-se que esse crescimento não foi um fenômeno isolado; ao contrário, ele se intensificou de forma progressiva em um contexto político em que o presidente incentivou seus apoiadores a se armarem, em uma defesa simbólica do direito à liberdade individual e diante de uma alegada ameaça interna: o próprio Estado democrático e o sistema eleitoral brasileiro

---

<sup>6</sup> LEIRNER, Piero C. O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. Alameda Casa Editorial, 2020.

Figura 5 - Evolução da posse de armas por civis no Brasil (2019 - 2022)

### EVOLUÇÃO DA POSSE DE ARMAS POR CIVIS NO BRASIL (2019-2022)



ANO	TOTAL DE ARMAS REGISTRADAS	CRESCIMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	OBSERVAÇÕES RELEVANTES
2018	697 MIL	-	ANTES DO GOVERNO BOLSONARO
2019	1 MILHÃO	43%	INÍCIO DA FLEXIBILIZAÇÃO POR DECRETOS PRESIDENCIAIS
2020	1,3 MILHÃO	30%	CRESCIMENTO CONTÍNUO E INCENTIVO AO ARMAMENTO
2021	2 MILHÕES	54%	PICO DAS LIBERAÇÕES, AUMENTO SE CACS
2022	2,9 MILHÕES	45%	ÚLTIMO ANO DO GOVERNO BOLSONARO

FONTE: ADAPTADO DE AGÊNCIA BRASIL (2023), FOLHA DE S.PAULO (2023), THE INTERCEPT BRASIL (2023).

Fonte: Autor (2025) com base em AGÊNCIA BRASIL (2023); FOLHA DE S. PAULO (2023); INTERCEPT BRASIL(2023).

Desde 2019 com uma série de decretos que flexibilizaram a compra de armas de fogo triplicou, e o que é mais importante analisar aqui é que o maior aumento da procura de armas de fogo foi entre os anos 2020 e 2022, período este que Bolsonaro intensificou seus ataques ao STF e Supremo Tribunal Eleitoral (STE). Isso implica que não deve ser considerado como um assunto de segurança pública., mas sim como uma estratégia geopolítica de fortalecimento de base, em que o cidadão armado seria lido como uma figura defensora da liberdade. Os dados da tabela de armamentos, em consonância com as afirmações de Bolsonaro sobre a lisura das urnas eletrônicas, levam à interpretação de que a defesa do voto impresso foi caracterizada como uma 'batalha patriótica'. Em poucas palavras o armamento da população por Bolsonaro adquire contornos estratégicos na construção de um territorialidade reacionária.

Muniz (2023) compreende que a polarização entre a esquerda teve sua maior materialização nas eleições presidenciais de 2022, ela entende que

Toda essa polarização teria seu ápice nas eleições de 2022: em uma diferença “apertada”, com 60.345.999 (50,90%) dos votos válidos, o candidato Lula (PT)

venceu os 58.206.354 (49,10%) de Bolsonaro (PL), único presidente não-reeleito na história da República brasileira. (Muniz, 2023. p.5)

Com a derrota de Bolsonaro nas urnas vários de seus eleitores foram incentivados pelas redes sociais e grupos de Telegram e WhatsApp a irem à frente dos quartéis pedir a anulação do resultado das eleições de 2022 ou então a volta do regime ditatorial que se instaurou no Brasil em 1964. Inicialmente foram feitas manifestações com queima de pneus e rodovias, impedindo o trânsito de mercadorias e pessoas com o lema “vamos parar o Brasil”. Logo em seguida estes grupos se mobilizaram para frente dos QG<sup>7</sup> em diversas partes do Brasil.

O acampamento bolsonarista em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília foi um dos principais focos de mobilização contra o resultado das eleições presidenciais de 2022. Estabelecido logo após o segundo turno, em 30 de outubro, o local tornou-se um centro de articulação de atos antidemocráticos, culminando nos ataques de 8 de janeiro de 2023.

Figura 6 - Apoiadores de Jair Bolsonaro mostram faixa de teor golpista em acampamento que ficava em frente ao QG do exército em Brasília



Fonte: disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/exercito-diz-que-nao-produziu-relatorios-de-inteligencia-sobre-acampamento-em-frente-ao-qg-da-corporacao/>

Nesse contexto, como observar a territorialidade reacionária na configuração do acampamento verde-amarelo? Considerando que o espaço militar foi ocupado por um grupo de radicais antidemocratas, que o apropriou simbolicamente para manifestar uma visão despótica de poder (Castro, 2015), rejeitando as instituições democráticas e reivindicando

<sup>7</sup> É importante não esquecer que houve convivência (por omissão ou por apoio) de algumas instituições a essas organizações bolsonaristas, cujo ápice, como se sabe, foram os atos de 8 de janeiro. Ver <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/03/23/exercito-solicitou-seguranca-limpeza-e-organizacao-do-transito-no-acampamento-bolsonarista-em-brasilia-diz-ex-secretario-de-seguranca-a-cpi.ghtml>. Acesso em 30 de abril de 2025.

critérios ditatoriais militares., é possível começar a entender como se deu essa territorialidade e principalmente os motivos que fazem ela ser reacionária.

Os acampamentos verde-amarelo foram criados como um símbolo de resistência contra o regime democrático brasileiro, negando o pacto jurídico-institucional da democracia burguesa. Cabe aqui lembrar que os acampamentos se diferem dos territórios de resistência, pois nesse caso, os bolsonaristas estavam querendo impor autoridade e instaurar um regime de exceção. Para Raffestin (1993) o território é mediado por relações de poder e nestes acampamentos a principal relação de poder é reacionária pois expressa uma ideia que nega o pacto democrático.

Haesbaert (2004) nos explica que a territorialidade pode ser vista como um controle sobre o espaço e seus significados. O acampamento funcionava como um microcosmo de uma sociedade idealizada pelos extremistas — disciplinada, armada, com valores religiosos e hierárquicos. A organização interna, com tendas de oração, ajuda psicológica, cozinha comunitária e discursos patrióticos, revela um poder territorial que não visa dialogar, mas impor presença e ideologia.

Gelderloos (2018) contribui significativamente para a compreensão dessa vertente da direita contemporânea que visa combater inimigos ideológicos. A instauração do acampamento em espaço militar reforça a ideia de que há uma "nação verdadeira" em disputa com inimigos infiltrados.

A territorialidade do acampamento se opõe a mediações institucionais, isto é, eleições, parlamento e judiciário, eles acreditam que a figura do “mito”, no caso Bolsonaro, seria o principal responsável por quebrar com o sistema de corrupção e a ameaça comunista. O acampamento então nega os princípios democráticos e da democracia representativa liberal burguesa e se firma como uma zona temporária reacionária, uma ocupação sazonal da direita reacionária onde a democracia é substituída por manifestações emocionais, autoritárias e performativas de patriotismo e fé, isso evidencia fragilidade na representatividade democrática brasileira, via ascensão da direita reacionária.

## CONCLUSÃO

A pesquisa considera que o acampamento localizado em frente ao QG de Brasília não foi apenas o berço de uma territorialidade que rejeita o presente institucional, a democracia e suas instituições, como também serviu de base para a preparação de ações de ruptura com a ordem democrática. Isso se evidenciou em 8 de janeiro de 2023, quando ocorreu um ataque direto aos símbolos democráticos e à aliança entre os poderes, materializando todo o autoritarismo em atos de depredação de espaços públicos e na ascensão da barbárie conservadora.

Esse panorama põe em evidência a fragilidade da representatividade democrática brasileira, à medida que as instituições demonstram dificuldades em lidar com atitudes radicais ou, em alguns casos, mostram-se coniventes, como apontado ao longo desta pesquisa.

A territorialidade reacionária se consolidou por meio de uma articulação organizada pelos setores da direita reacionária e teve sua principal materialização nos acampamentos *verde-amarelo* espalhados pelo país. Esses espaços estavam imbuídos de ideias reacionárias e símbolos antidemocráticos, frequentemente vinculados à bancada evangélica e ao agronegócio. Muitos desses grupos ocuparam áreas militares, atribuindo-lhes um simbolismo reacionário.

Esse conjunto de acontecimentos reflete a fragilidade da democracia brasileira: a perda de força nas ruas por parte da esquerda, somada à ascensão da direita radical tanto nas redes sociais quanto nos espaços públicos. A direita reacionária, que até então não possuía forte presença nas ruas, passou não só a manifestar seus interesses em espaços públicos, como também a ocupar rodovias e, em situações mais extremas, a acampar em frente a quartéis, o que culminou na articulação da invasão à Praça dos Três Poderes.

Em consequência disso, a ascensão da direita reacionária, os discursos antidemocráticos, a militarização social teve sua materialização mais evidente nos acampamentos *verde-amarelo*, isto é, territórios reacionários erguidos sob princípios despóticos, que materializaram a face mais organizada e radical da direita brasileira. A negação da estabilidade democrática, mascarada por discursos de suposta defesa da democracia, revela que as camadas mais profundas da direita não buscam renovar o contrato social, mas sim enfraquecer a democracia brasileira, gerando instabilidade nas instituições.

## REFERÊNCIAS

- A “*Batalha de Seattle*”: um marco do movimento antiglobalização. *Café História*, s.d. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-batalha-de-seattle-antiglobalizacao>. Acesso em: 20 maio 2025.
- AGÊNCIA BRASIL. **O número de armas particulares dobra e chega a quase 3 milhões no Brasil**. 1 fev. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-02/numero-de-armas-particulares-dobra-e-chega-quase-3-milhoes-no-brasil>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- ARANTES, José Tadeu. Formação do Exército Zapatista. *Agência FAPESP*, 30 out. 2013. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/formacao-do-exercito-zapatista/18131>. Acesso em: 20 maio 2025.
- ARATU ON. **Bolsonaro defende voto impresso durante motociata em Florianópolis: "A democracia nasce do voto contabilizado"**. 7 ago. 2021. Disponível em: <https://aratuon.com.br/politica/2021-08-07/bolsonaro-defende-voto-impresso-durante-motociata-em-florianopolis-a-democracia-nasce-do-voto-contabilizado/>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- BRASIL DE FATO. Presidente do STM: acampamentos golpistas foram tolerados por orientação militar. *Brasil de Fato*, 24 jan. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/24/presidente-do-stm-acampamentos-golpistas-fora-m-tolerados-por-orientacao-militar>. Acesso em: 27 abr. 2025.
- COLLECTIVE, C. E.-W. CrimethInc. : **Diagnostic of the Future : Between the Crisis of Democracy and the Crisis of Capitalism: A Forecast**. Disponível em: <https://pt.crimethinc.com/2018/11/05/diagnostic-of-the-future-between-the-crisis-of-democracy-and-the-crisis-of-capitalism-a-forecast>. Acesso em: 3 maio. 2024.
- DE CASTRO, Iná Elias. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Bertrand Brasil, 2005.
- DE MAGALHÃES, Fabiano Rosa. As Manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. *Pensamento plural*, n. 12, p. 7-35, 2014.
- DIÁRIO DE APARECIDA. **Bolsonaro repete discurso pró-voto impresso e cita legitimidade do Congresso após motociata em SC**. 7 ago. 2021. Disponível em: <https://www1.diariodeaparecida.com.br/2021/08/07/bolsonaro-repete-discurso-pro-voto-impresso-e-cita-legitimidade-do-congresso-apos-motociata-em-sc/>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- ESTADO DE MINAS. **Bolsonaro em motociata: "Querem decidir as coisas no tapetão no Brasil"**. 7 ago. 2021. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/08/07/interna\\_politica,1293733/bolsonaro-e-m-motociata-querem-decidir-as-coisas-no-tapetao-no-brasil.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/08/07/interna_politica,1293733/bolsonaro-e-m-motociata-querem-decidir-as-coisas-no-tapetao-no-brasil.shtml). Acesso em: 30 abr. 2025.
- ESTADÃO. **Bolsonaro participa de motociata em SC e volta a atacar STF e Lula**. 7 ago. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-participa-de-motociata-em-sc-e-volta-a-atacar-supremo-tribunal-federal-e-lula/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. Exército cancelou duas operações para desmonte de acampamento bolsonarista. *Folha de S. Paulo*, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/exercito-cancelou-duas-operacoes-para-desmonte-de-acampamento-bolsonarista.shtml>. Acesso em: 27 abr. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. **Sob Bolsonaro, o número de armas de cidadãos comuns mais que dobra.** 13 jul. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/sob-bolsonaro-numero-de-armas-de-cidadaos-comuns-mais-que-dobra.shtml>. Acesso em: 30 abr. 2025.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, p. 16, 2004.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Geo Uerj**, n. 5, p. 7-7, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. RJ: Universidade Federal Fluminense, 2010.

INFO MONEY. Acampamento bolsonarista no QG do Exército é desocupado em Brasília. *InfoMoney*, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/acampamento-bolsonarista-no-qg-do-exercito-e-desocupado-em-brasilia>. Acesso em: 12 mar. 2025.

JORNAL DA RECORD. **Bolsonaro diz que querem decidir as eleições “no tapetão” no Brasil.** 7 ago. 2021. Disponível em: <https://jr.jor.br/2021/08/07/bolsonaro-diz-que-querem-decidir-as-eleicoes-no-tapetao/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

L8629 ([planalto.gov.br](http://planalto.gov.br))

MIGUEL, Luis Felipe. Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 16, n. 2, p. 46-58, 2019.

NOGUEIRA, Felipe. “O dia em que as ruas gritaram sem partido.” *Piauí*, Rio de Janeiro, 20 jun. 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 8 maio 2025.

*Occupy Wall Street: um movimento que abalou o sistema financeiro. Le Monde Diplomatique Brasil*, s.d. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/occupy-wall-street-um-movimento-que-abalou-o-sistema-financeiro/>. Acesso em: 20 maio 2025.

ORTELLADO, Pablo. “Junho de 2013 e a nova direita.” **Revista Piauí**, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 100, p. 119-153, 2017.

*Primavera Árabe: a revolução na Praça Tahrir. Le Monde Diplomatique Brasil*, s.d.

Disponível em: <https://diplomatie.org.br/primavera-arabe-a-revolucao-na-praca-tahrir/>. Acesso em: 20 maio 2025.

Propostas de Emenda à Constituição – PEC 37/2011. Brasília: **Senado Federal**, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 8 maio 2025.

PÚBLICA. Documentos levantam dúvidas sobre papel da Abin ao monitorar o QG golpista em Brasília. *Agência Pública*, 13 set. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/09/documentos-levantam-duvidas-sobre-papel-da-abin-ao-monitorar-o-qg-golpista-em-brasil>. Acesso em: 30 abr. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: **Expressão Popular**, p. 17-35, 2009.

ROCHA, Camilo. “Jornadas de Junho e a ascensão da direita no Brasil.” *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 17 jun. 2018. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/jornadas-de-junho-e-a-ascensao-da-direita-no-brasil/>. Acesso em: 8 maio 2025.

SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

*Seattle, 1999: black blocs promovem destruição em protestos contra a OMC*. **O Globo**, 9 out. 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/seattle-1999-black-blocs-promovem-destruicao-em-protestos-contra-omc-10310652>. Acesso em: 20 maio 2025.

SILVEIRA, Renata Ferreira da. *Exército Zapatista de Libertação Nacional - EZLN: sobre uma geografia das e dos de baixo*. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/238215>. Acesso em: 20 maio 2025.

THE INTERCEPT BRASIL. **Número de armas entre civis cresceu no Brasil no último ano de Bolsonaro. 8 mar. 2023**. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/03/08/numero-de-armas-entre-civis-cresceu-no-brasil-no-ultimo-ano-de-bolsonaro-acao-dificulta-lei-maria-da-penha/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

UOL. Suspeitas: PF apura se militares buscaram recursos para tentativa de golpe. **UOL Notícias**, 12 dez. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/12/12/suspeitas-pf-militares-financiamento-planos-de-golpe.htm>. Acesso em: 30 abr. 2025.

ŽIŽEK, Slavoj. **The year of dreaming dangerously**. London: Verso, 2012.